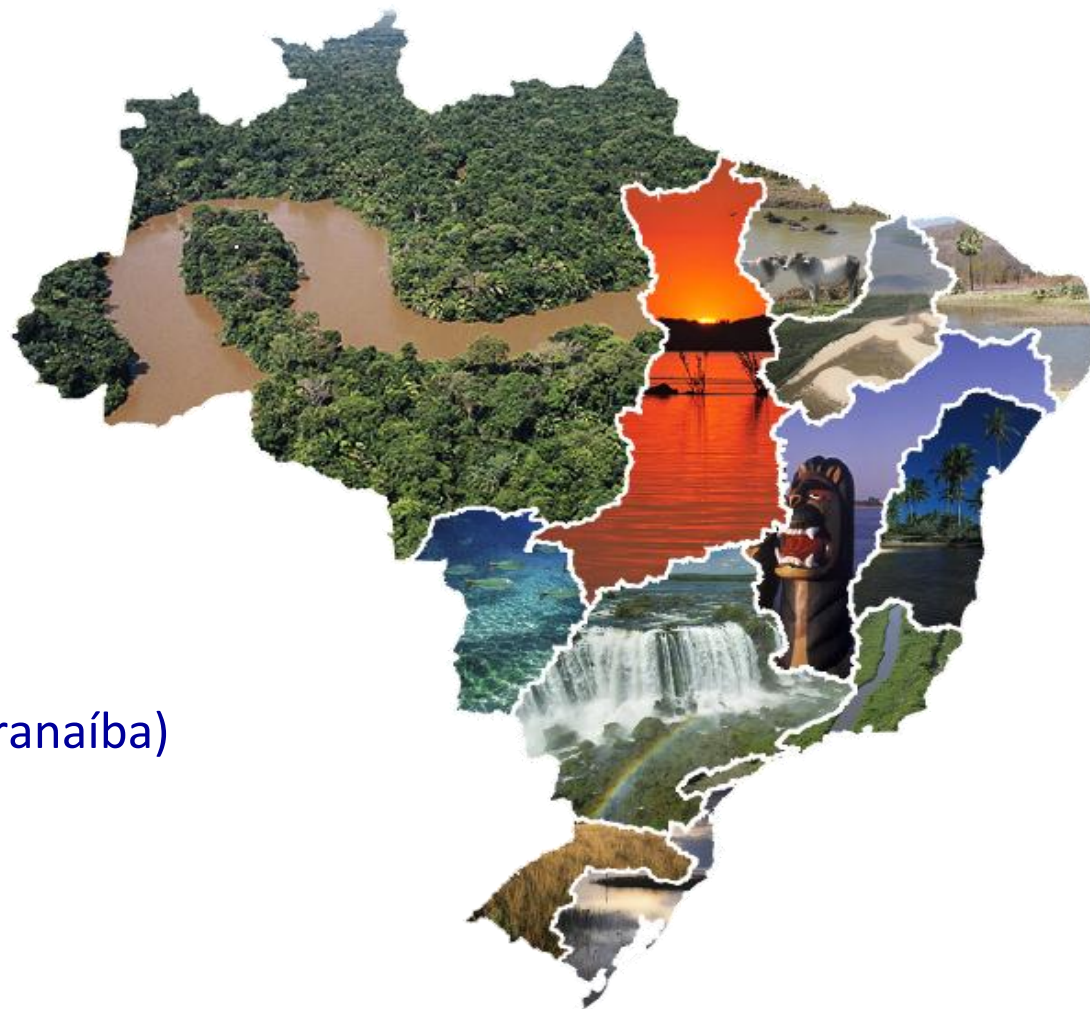


Reunião Conjunta do GTAC/GT-Plano/CTPI

(Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba)
(Cobrança pelo Uso da Água Bruta)

Marco Antônio Amorim

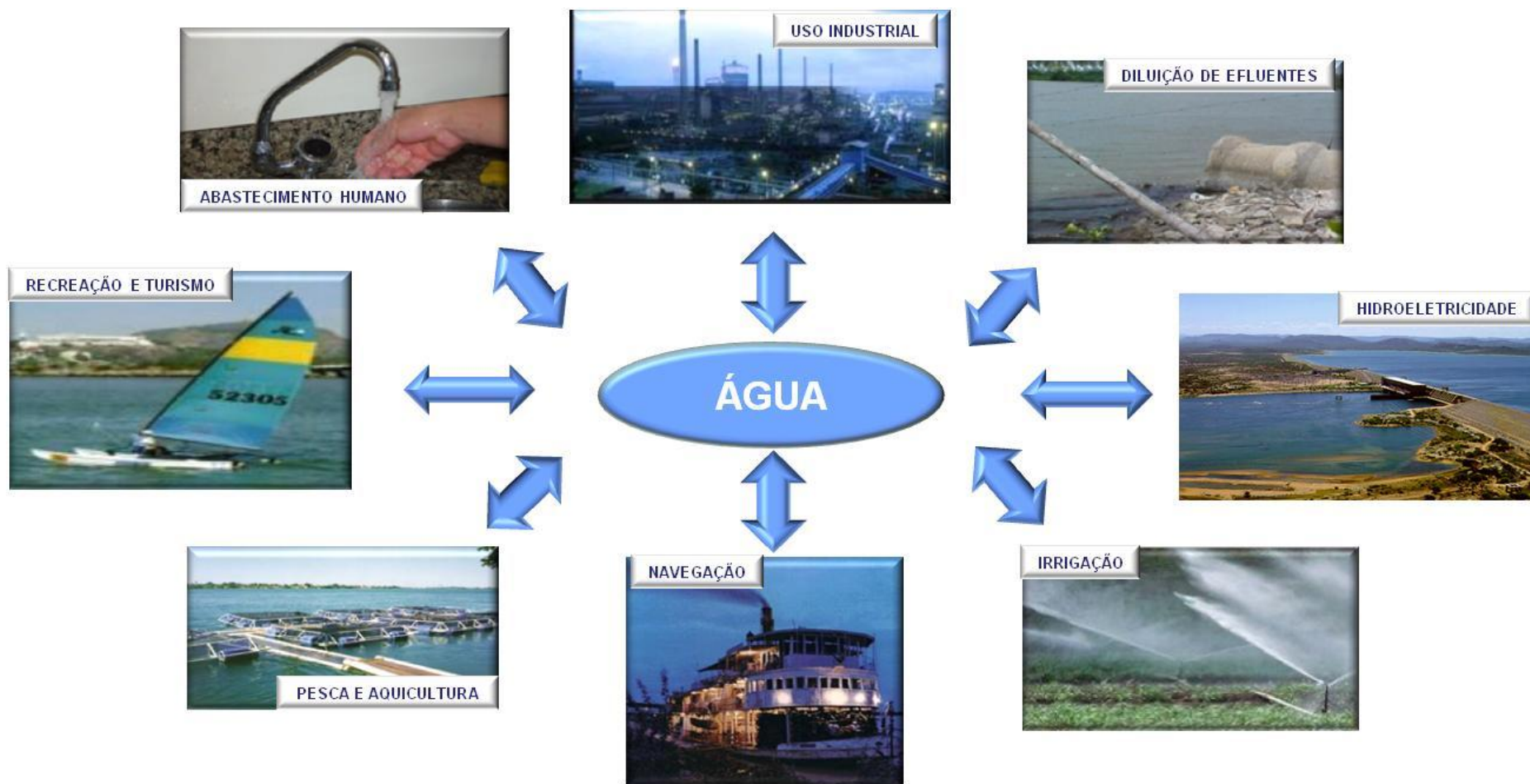
Goiânia-GO, 25 e 26 de março de 2013



NIVELAMENTO CONCEITUAL



crescimento populacional → intensificação atividades produtivas



crescimento populacional → **intensificação atividades produtivas**



acarretam problemas relacionados a água

**quantitativos
(escassez)**

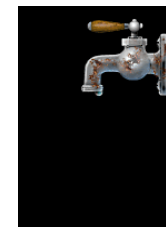


**qualitativos
(poluição)**

com conflitos e limitação de usos (atuais e futuros)

MUDANÇA DE CONCEITO EM RELAÇÃO A ÁGUA:
de renovável e abundante para limitado e escasso

ÁGUA PASSA ADQUIRIR MAIOR VALOR

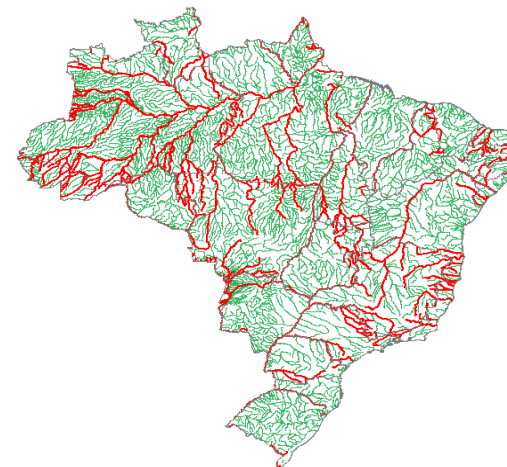
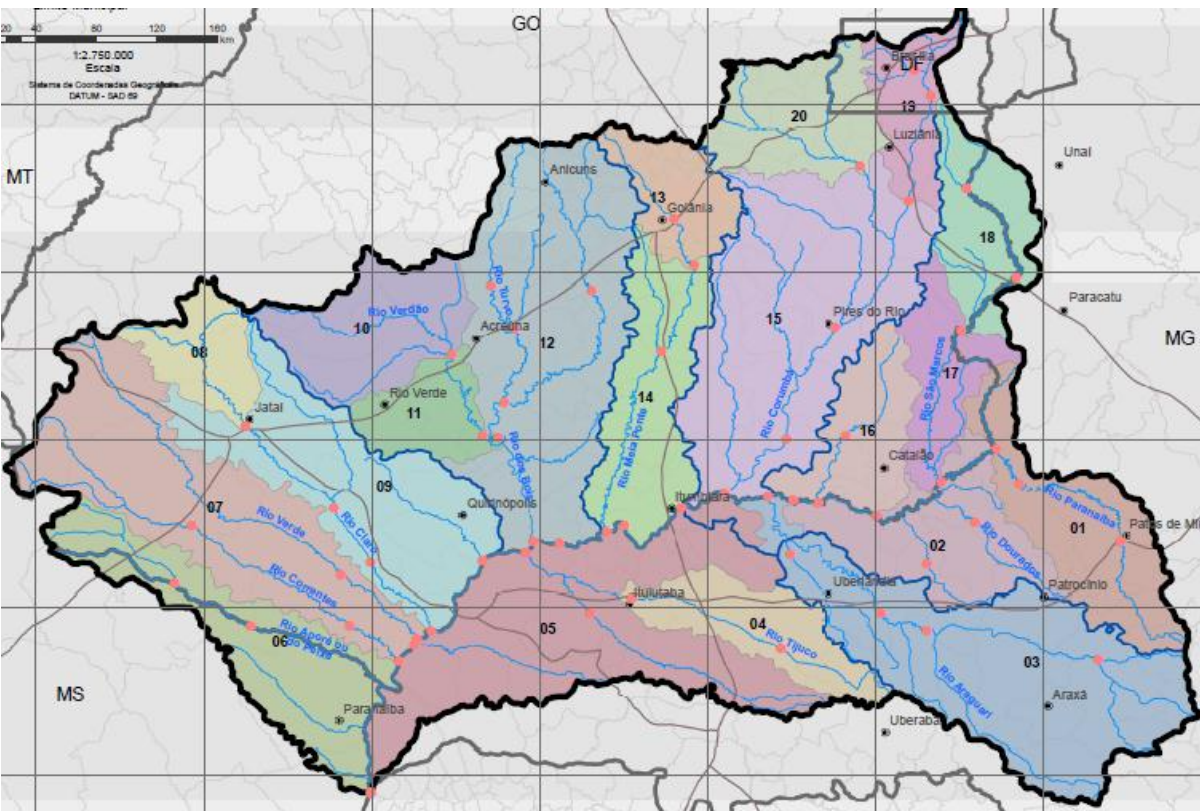


**necessidade de instrumentos de regulação
(comando-controle e econômicos)**

BASE LEGAL DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS

Em função da CF/88, há águas de diferentes domínios:

domínio da União
domínio dos Estados/DF;



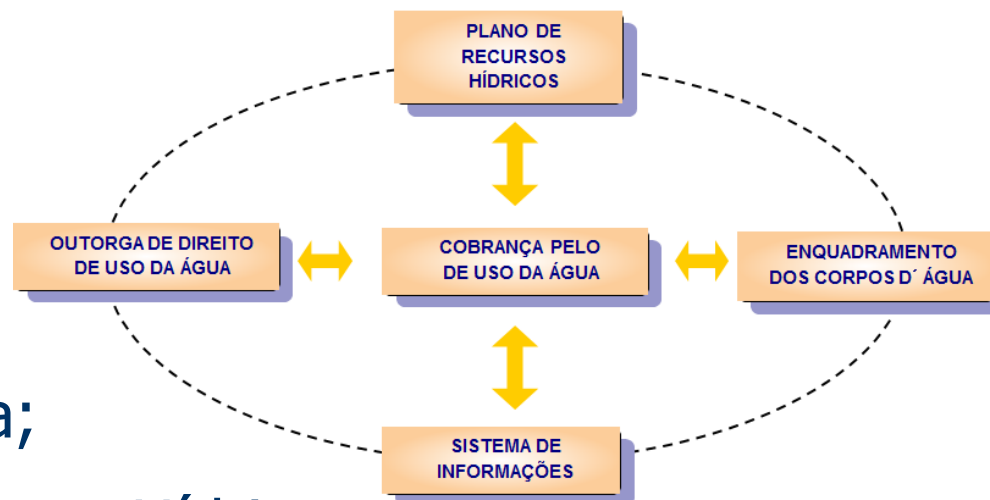
Consequência, 28 diferentes legislações:

União: Lei nº 9.433, de 08/01/97;
GO: Lei nº 13.123, de 16/07/97;
MG: Lei nº 13.199, de 29/01/99;
MS: Lei nº 2.406, de 29/01/02;
DF: Lei nº 2.725, de 13/06/01.

LEI Nº 9.433/97

Art. 5º - Instrumentos da Política:

- Planos de Recursos Hídricos;
- Enquadramento de Corpos de Água;
- Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos;
- **Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos;**
- Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.



LEI Nº 9.433/97

Aplicação dos valores arrecadados com a cobrança:

I- no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos;

II- no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do SINGREH (limitado a 7,5% do total arrecadado).

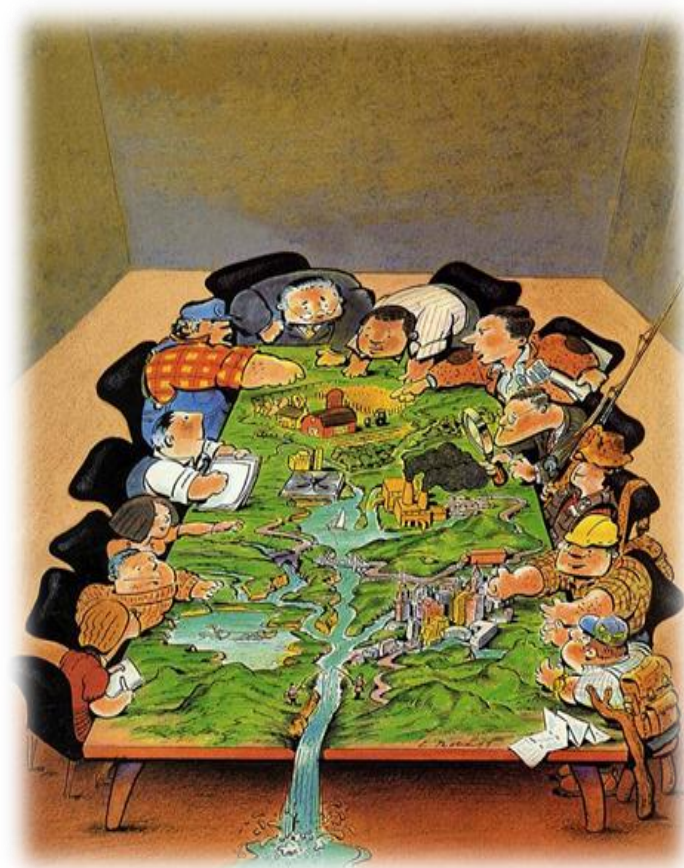
Os valores arrecadados podem ser aplicados a fundo perdido.



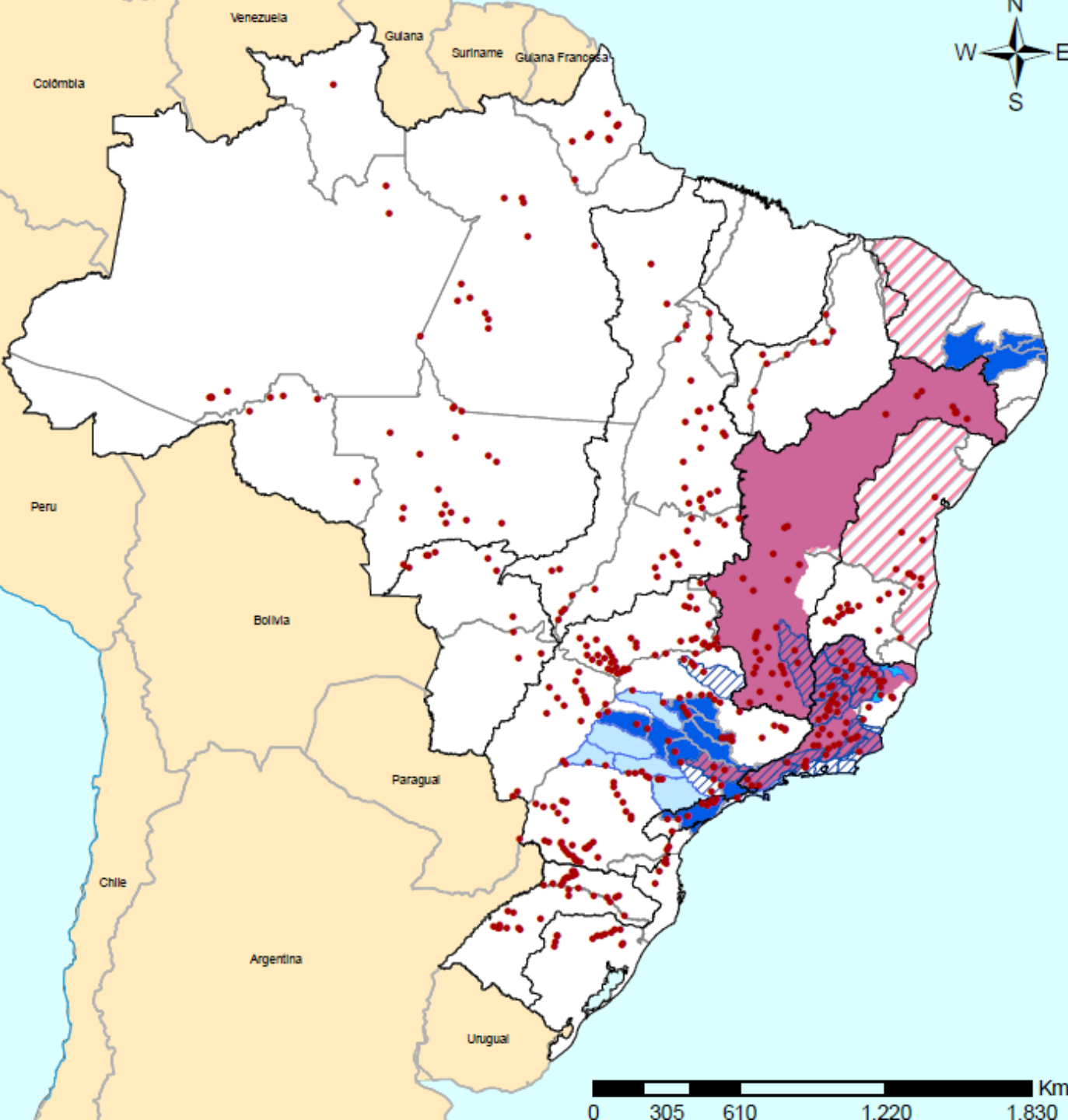
LEI Nº 9.433/97

Compete aos CBHs, no âmbito de sua área de atuação:

- **estabelecer os mecanismos de cobrança** pelo uso de recursos hídricos e **sugerir os valores** a serem cobrados;
- **aprovar e acompanhar execução do plano** de recursos hídricos da bacia;
- **propor** ao CNRH/CERH as **acumulações derivações, captações e lançamentos de pouca expressão**, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direito de uso de recursos hídricos, de acordo com o domínio destes;



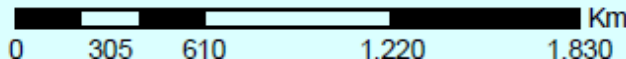
ESTÁGIO DA IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA NO PAÍS



Legenda

- CBH estadual propôs a cobrança ao CERH
- CERH aprovou a cobrança
- Governador aprovou a cobrança
- CBH estadual com cobrança implementada
- CBH interestadual com cobrança implementada
- UHEs
- BA/CE instituíram tarifa serviço fornecimento água bruta

Em São Paulo e na Paraíba, além da aprovação pelo CERH, há necessidade de um decreto do Governador



CBHs INTERESTADUAIS



LEGENDA

- CBHs em Cobrança
- CBHs

INSTALADOS (9)



COM COBRANÇA (4)



Bacia e Abrangência		Deliberação do CBH	Resolução do CNRH	Início da Cobrança
CEIVAP (Paraíba do Sul)	RJ/SP/ MG	CEIVAP nº 65/06	nº 64/06	Mar/ 2003
		CEIVAP nº 52/05 (transposição guandu)	nº 66/06	
Comitês PCJ (Piracicaba, Capivari, Jundiá)	SP/MG	Comitês PCJ nº 78/07	nº 78/07	Jan/ 2006
CBHSF (São Francisco)	PE/AL/ SE/BA/ MG/DF/ GO	CBHSF nº 40/08	nº 108/10	Jul/ 2010
		CBHSF nº 56/10 (usos externos)	nº 132/11	
CBH-DOCE (Doce)	MG/ES	CBH-Doce nº 26/11	nº 125/11	Nov/ 2011

CBHs ESTADUAIS

aproximadamente 170 comitês criados

já implementaram a Cobrança

no RJ: 10

(todas as bacias - 2004).

em SP: 4

(PCJ - 2007, PS - 2007, Sorocaba-Médio Tietê - 2010, Baixada Santista - 2012).

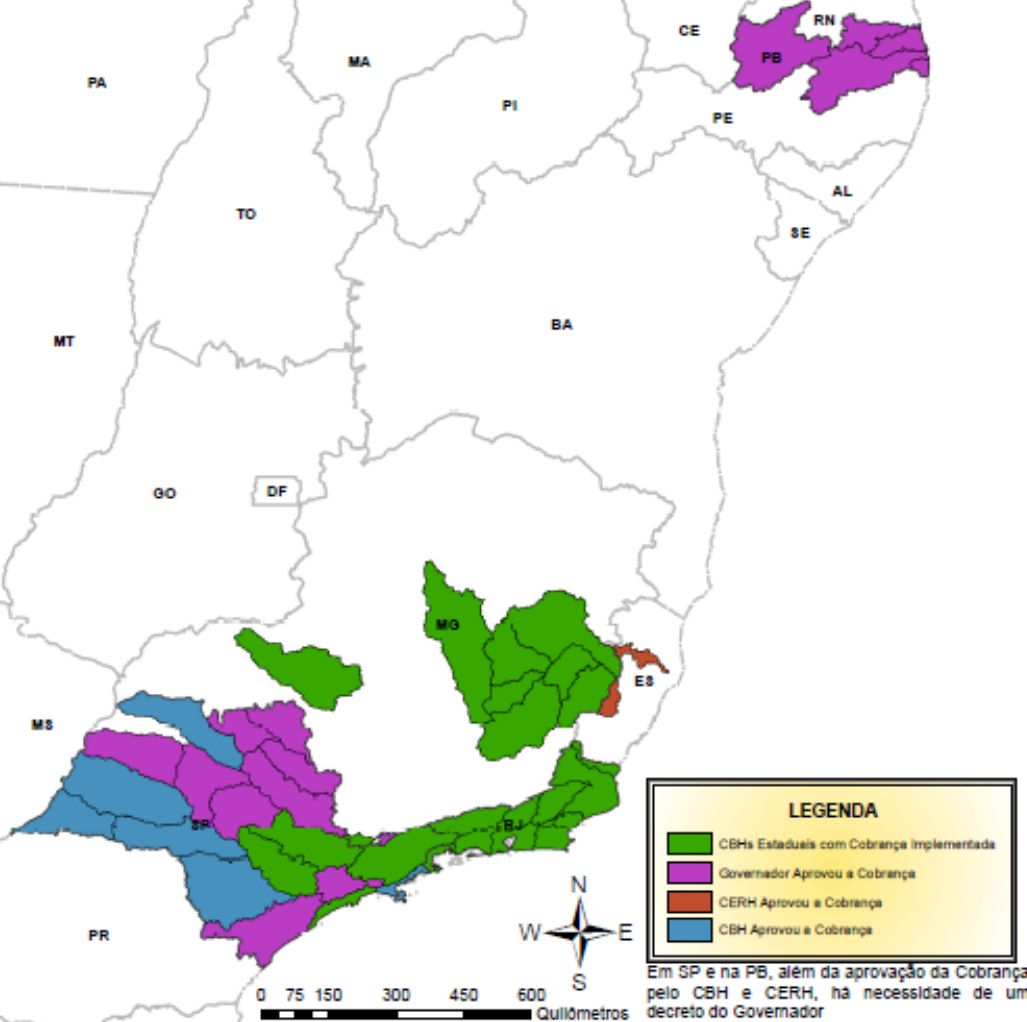
em MG: 9

(PJ - 2010, Velhas - 2010, Araguari - 2010, 6 afluentes do rio Doce - 2012).

tarifas pelo serviço de fornecimento de água bruta

no CE: todo Estado (está instituída tarifa de cobrança pelo uso de recursos hídricos - 1996, embora denominada tarifa, parte da cobrança no CE tem características de preço público).

no BA: todo Estado (está instituída tarifa pelo fornecimento de água bruta dos reservatórios administrados pela CERB - características típicas de tarifa).



CBHs ESTADUAIS

aproximadamente 170 comitês criados

fase de implementação da Cobrança

em SP: 16

- **CBH deliberou, CRH aprovou e Governador já editou Decreto:** Alto Tietê, Tietê-Jacaré, Tietê Batalha, Baixo Tietê, Ribeira de Iguape-Litoral Sul, Serra da Mantiqueira, Pardo, Mogi-Guaçu, Sapucaí Mirim-Grande, Baixo Pardo-Grande;
- **CBH já deliberou:** Litoral Norte, Turvo Grande, Alto Paranapanema, Médio Paranapanema, Pontal do Paranapanema, Aguapeí/Peixe.

em MG: 2

- CBH já deliberou: Pomba/Muriaé;
- Discussões adiantadas no CBH: Pará.

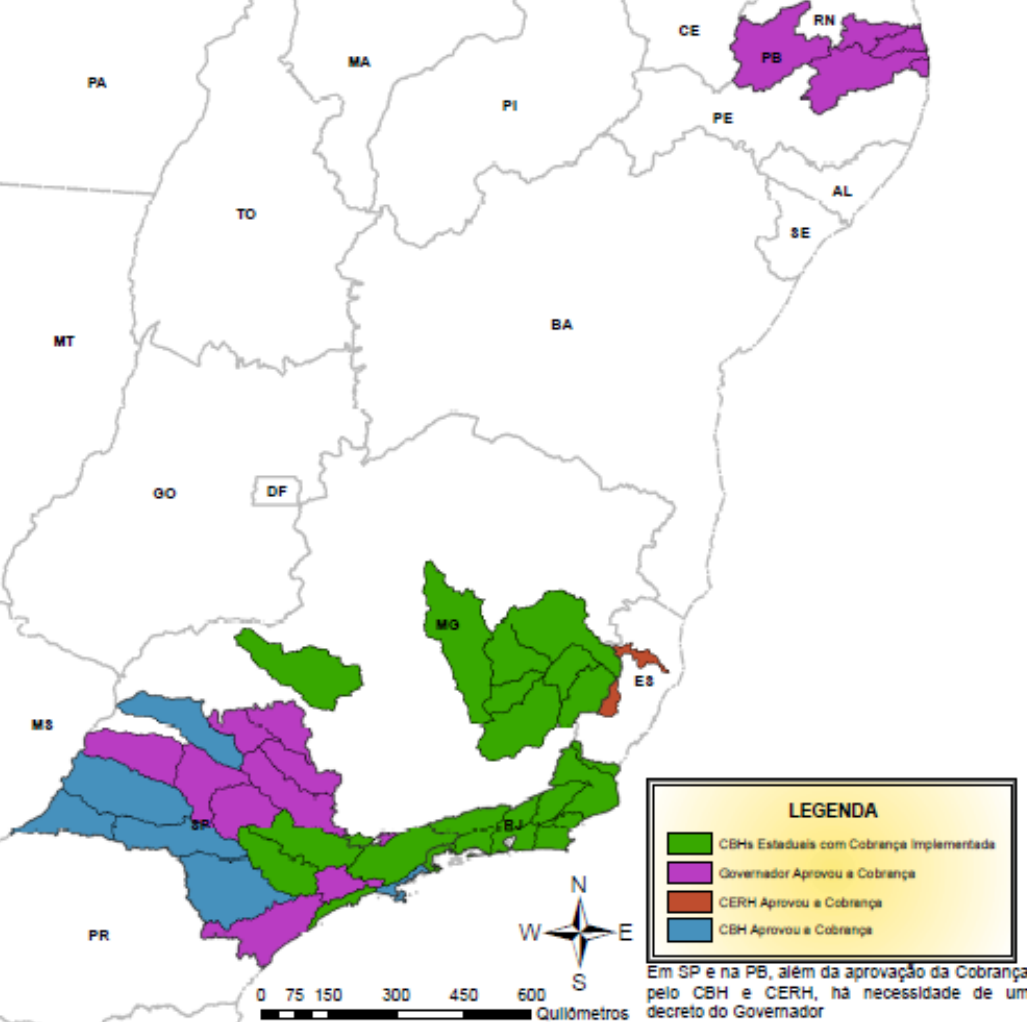
na PB: todo estado

- **CBH deliberou, CERH aprovou e Governador já editou Decreto:** Litoral Sul, Litoral Norte, Paraíba.

aguardam regulamentação estadual

no ES: 2

CBH já deliberou e CERH já aprovou: São José, Guandu;



COBRANÇA TOTAL NO PAÍS

COBRANÇA NO PAÍS, em R\$ milhões

Domínio	2012		DESDE INÍCIO DA COBRANÇA	
	Cobrado	Arrecadado	Cobrado	Arrecadado
UNIÃO	59,25	53,31	276,24	261,31
RJ	31,48	31,80	160,24	122,43
SP	37,13	36,40	137,28	129,62
MG	25,95	23,44	54,66	49,65
TOTAL NO PAÍS	153,81	144,96	628,42	563,00

Repasse dos Recursos Arrecadados com a Cobrança Domínio da União, até 2012

Bacia	CBH	Agência	Repasse + Rendimento (R\$ milhões)
Paraíba do Sul			110,86
Piracicaba, Jundiá, Capivari (PCJ)			129,83
São Francisco			54,24
Doce			2,80



Repasse dos Recursos Arrecadados com a Cobrança Domínio da União, até 2012



Bacia	CBH	Agência	Repasse + Rendimento (R\$ milhões)
Paraíba do Sul			110,86
Piracicaba, Jundiá, Capivari (PCJ)			129,83
São Francisco			54,24
Doce			2,80



**escolhidas
pelos CBHs**



DELIBERAÇÃO CBHSF Nº 71, de 28 de novembro de 2012

Aprova o Plano de Aplicação Plurianual - PAP dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco, referente ao período 2013 a 2015 e dá outras providências.

DELIBERA:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Aplicação Plurianual - PAP, instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a bacia hidrográfica do rio São Francisco, para o período de 2013 a 2015, apresentado na forma do Anexo Único.

Art.2º O PAP está organizado em grupos de ações divididos entre Ações de **Gestão**, Ações de **Planejamento** e Ações **Estruturais**, que se desdobram em 05 (cinco) componentes básicos:

Ações Estruturais Concluídas – 2003/2009

Tomador	Estado	Ações Estruturais	Recursos da Cobrança (R\$)	Contrapartida do Tomador (R\$)	Total do Empreendimento (R\$)	População Atendida (Hab)
PM Muriaé	Minas Gerais	Construção Estação de Tratamento de Esgoto Safira	871.795,00	701.243,73	1.573.038,73	92.101
PM Muriaé - DEMSUR	Minas Gerais	Construção de ETE Dornelas	56.020,00	1.028.160,00	1.084.180,00	11.204
PM Guararema - SABESP	São Paulo	Construção ETE Paratê	37.928,00	2.630.062,00	2.667.990,00	4.741
PM Cachoeira Paulista - SABESP	São Paulo	Construção de ETE Cachoeira Paulista	138.301,00	534.004,00	692.505,00	30.778
PM Guararema - SABESP	São Paulo	Construção de ETE Guararema	99.687,00	7.042.362,00	7.142.049,00	14.241
Taubaté	São Paulo	Construção ETE Taubaté	2.876.078,21	13.218.371,79	16.094.450,00	300.000
PM Guaratinguetá	São Paulo	Construção Coletor Tronco Pedregulho	200.000,00	89.097,96	289.097,96	35.000
PM Carangola	Minas Gerais	Construção ETE	800.000,00	335.460,17	1.135.460,17	24.740
PM Volta Redonda	Rio de Janeiro	Construção ETE Parque das Garças	607.536,60	202.512,20	810.048,80	5.000
Fundação Cristiano Rosa	São Paulo	Recuperação Mata Ciliar	95.767,87	23.941,97	119.709,84	15.000
PM Jacareí	São Paulo	Construção Coletor Tronco Recalque Bandeira Branca	120.473,90	45.676,65	166.150,55	1.000
PM Rodeiro	Minas Gerais	Construção Estação de Tratamento de Esgoto	65.600,00	16.400,00	82.000,00	360
PM Muriaé	Minas Gerais	Construção ETE Pirapanema	97.541,10	26.821,31	124.462,41	1.500
PM Caçapava	São Paulo	Execução de Rede Coletora de Esgoto Sanitário, Estação Elevatória e Emissário de Recalque para o Bairro Vila Mariana	506.228,66	493.333,92	566.415,92	73.082
TOTAL DE RECURSOS			6.573.257,34	26.407.447,70	32.547.558,38	608.747



Ações Estruturais

Recursos aplicados em:
• Obras de Engenharia

(Bacia PBS)







$$\text{Valor}_{\text{total}} = \text{Valor}_{\text{cap}} + \text{Valor}_{\text{cons}} + \text{Valor}_{\text{lanç}}$$



Já discutem correção monetária dos valores

Não adotou parcela consumo

Preços unitários (PPUs) cobrados pelo uso da água (domínio União):

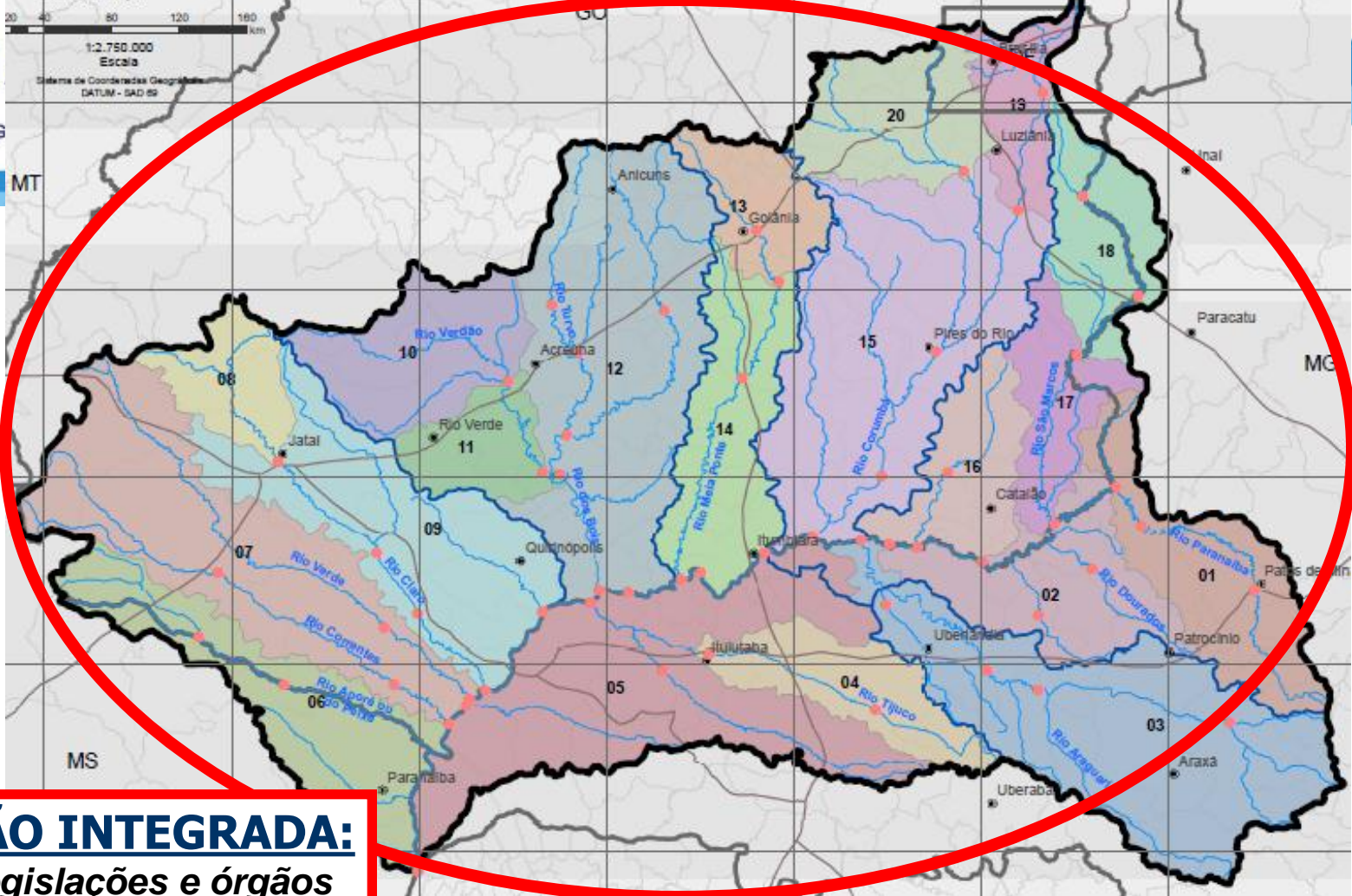
Tipo Uso	Preços (PPU)							
		desde/03	desde/06	desde/10	2011/12	2013	2014	2015
Captação de água bruta	PPU _{cap} (em R\$/m ³)	0,01	0,01	0,01	0,018	0,021	0,024	0,03
Consumo de água bruta	PPU _{cons} (em R\$/m ³)	0,02	0,02	0,02	-	-	-	-
Lançamento de carga orgânica (DBO)	PPU _{lanç} (em R\$/Kg)	0,07	0,10	0,07	0,10	0,12	0,15	0,16
Transposição de água	PPU _{transp} (em R\$/m ³)	-	0,015	0,015	0,022	0,027	0,031	0,04

Setor agropecuário:

- no PBS, paga 20 vezes menos que demais setores;
- no PCJ, paga de 2 a 20 vezes menos que os demais usuários.
- no São Francisco e no Doce, para 40 vezes menos que os demais usuários.



DESAFIOS



EFETIVAR A GESTÃO INTEGRADA:

(entre três diferentes legislações e órgãos gestores: União/GO/MG/MS/DF)

- com: i) regulamentos harmonizados (casar os recursos); ii) planejamento unificado; iii) cobrança implementada em toda bacia (fórmulas/valores harmonizados); iv) agência de água única (ganho de escala); v) mais recursos para recuperação da bacia.

DESAFIOS

em relação à aplicação dos recursos arrecadados:

- ✓ maior agilidade no desembolso;
- ✓ alavancar recursos de outras fontes para investimento na bacia;
- ✓ reembolso dos recursos (empréstimos).

Ideias:

recurso público com tratamento diferenciado;
plano de aplicação plurianual;
gerenciadora de projeto;
acesso dos recursos pelo setor privado com fins lucrativos;
mecanismo diferenciado de pagamento;
aplicar em projetos (gestão e planejamento).

DESAFIOS

em relação aos mecanismos/valores:

- ✓ adotar fórmulas (equações) simples;
- ✓ aumentar os valores e adotar correção inflacionária;
- ✓ implementar a cobrança em outras bacias.

Idéias:

progressividade dos preços condicionada a cumprimento de metas pela Agência;
índice de correção inflacionária;
cobrar outros parâmetros além da DBO
diferenciar valores por trecho de rio (em função da criticidade demanda/oferta);

outro

estabelecer valor mínimo de cobrança.

+ informações: www.ana.gov.br/cobranca

http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/cobrancaearrecadacao.aspx - Microsoft Internet Explorer provided b

http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/cobrancaearrecadacao.aspx

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Favoritos Sites Sugeridos Galeria do Web Slice

http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancae...

BRASIL

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Institucional Serviços Biblioteca Projetos Portais Imprensa Fale Conosco

Pesquisar...

Serviços » Cobrança e Arrecadação

Tweetar 19 Curtir 1

Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos

Novidades

 Relatório 2010 - Processo de Regularização de Usos e Operacionalização da Cobrança na Bacia do Rio São Francisco

 Boletim sobre a Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá; Paraíba do Sul e São Francisco - Exercício 2010.

 Pesquisa de impacto da cobrança na gestão de recursos hídricos - Nota Informativa

 Saiba o que é a Cobrança pelo Uso da Água - "Cartilha de cobrança da Bacia do rio Doce"

Decreto nº 7.402, de 22 de dezembro de 2010 - Dispõe sobre a parcela referida no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998, paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico.

 Normas de Cobrança Pelo Uso de Recursos Hídricos - 2ª Edição

Índice de Cobrança

- Bacia do rio Paraíba do Sul
- Bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
- Bacia do rio São Francisco
- Bacia do rio Doce
- Agências de Água
- Textos e Estudos
- Legislação
- Oficinas sobre Cobrança
- Notícias sobre Cobrança
- Perguntas mais frequentes sobre Cobrança

Concurso Público

proximo 1 2 3 4

ATLAS Brasil Atlas de Abastecimento Urbano de Água

SINGREH Capacitação para o SINGREH

 Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2011

PNQA Programa de Avaliação da Qualidade das Águas

PRODES Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas

Programa Produtor de Água

SNIRH Snirh

Concluído

08-11-2011 MANHÃ

Caixa de Entrada - Mi...

apresentacao 1 - niv...

Intranet - ANA - Micr...

http://www2.ana.go...

Internet 100%

PT 14:52



Obrigado!

Marco Antônio Mota Amorim
Especialista em Recursos Hídricos

marco.amorim@ana.gov.br | (+55) (61) 2109-5554

www.ana.gov.br



www.twitter.com/anagovbr



www.youtube.com/anagovbr